

O PROGRAMA PRONAF MAIS ALIMENTOS: UM ESTUDO DE CASO DA MICRORREGIÃO DE PINHALZINHO (SC)

MORE FOOD PRONAF PROGRAM: A STUDY CASE MICROREGION OF PINHALZINHO (SC)

Fabiano Lazarotto Rambo

Mestre em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais (Unochapecó)
fabianorambo1@gmail.com

Irme Salete Bonamigo

Doutora de Psicologia Social (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
bonamigo@unochapeco.edu.br

Resumo

A agricultura familiar é a base da economia da microrregião de Pinhalzinho e do Estado de Santa Catarina, necessitando de políticas públicas que promovam o desenvolvimento rural e a qualidade de vida das famílias que nela atuam. Como mecanismo governamental para alcançar tal objetivo o Governo Federal criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O mesmo, com o passar dos anos, foi aprimorado, culminando em novas linhas de crédito. A mais recente é o programa Mais Alimentos. Destinada à realização de investimentos, com esta linha o agricultor familiar pode obter junto aos bancos públicos, privados e privados cooperativos financiamentos para investimentos em infraestrutura. Este trabalho objetivou realizar um estudo de caso sobre o impacto do Pronaf Mais Alimentos no desenvolvimento econômico e social dos agricultores familiares residentes na microrregião de Pinhalzinho – SC. Para tanto, foram levantados o montante financeiro e o número de contratos firmados, identificando os atores que compõem a rede do Pronaf Mais Alimentos. Como ferramenta teórico-metodológica para a realização deste estudo de caso utilizou-se a Teoria Ator-Rede (TAR). Chegou-se à conclusão que o número de contratos firmados e o volume de recursos disponibilizados pelo programa, entre 2008 e 2013, foram de 5.232 contratos e R\$ 156.397.288,90. Além disso, se confirmou a importância da política pública para o desenvolvimento rural e a qualidade de vida das famílias, através do crédito.

Palavras-chave: Pronaf Mais Alimentos. Agricultura Familiar. Desenvolvimento Rural. Pinhalzinho – SC

Abstract

Family farming is the economic basis of microregion of Pinhalzinho and Santa Catarina, requiring public policies that promote rural development and the quality of life of families who work in it. As a government mechanism to achieve this goal the Federal Government created the National Program for Strengthening Family Agriculture (Pronaf). The same, over the years, has been enhanced, resulting in new credit lines. The latest is the More Food program. Aimed at making investments, with this line the family farmer can get with public banks, private and cooperative

private financing for investment in infrastructure. This study aimed to conduct a case study on the impact of Pronaf More Food in economic and social development of family farmers in the residents in microregion of Pinhalzinho - SC. Therefore, the financial amount and the number of signed contracts were raised, identifying the actors that make up the network of Pronaf More Food. As theoretical and methodological tool for carrying out this case study used the Actor-Network Theory (ART). Came to the conclusion that the number of signed contracts and the amount of resources provided by the program between 2008 and 2013 were 5,232 contracts and R \$ 156,397,288.90. In addition, it was confirmed the importance of public policy for rural development and the quality of life of families, with the credit.

Keywords: Pronaf More Foods. Family farming. Rural Development. Pinhalzinho-SC.

INTRODUÇÃO

A agricultura, especialmente nos pequenos municípios, é um importante componente na composição do movimento econômico. Em Pinhalzinho, no oeste de Santa Catarina, por exemplo, a participação é de 38%. Já em Santa Catarina, segundo a Síntese Anual da Agricultura 2009-2010, a atividade primária representava 7,2% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2007. Dentro desta participação na composição do PIB Estadual, o setor da pecuária, com a criação de bovinos e outros animais, que engloba a produção de leite, tem uma participação de 24% do total. Após este segmento, contribuem para formação das riquezas catarinenses produtos de lavoura temporária como: fumo, cebola, feijão e tomate. Depois, por ordem de importância, seguem os grupos de cereais, silvicultura, suinocultura, soja e derivados, pesca e criação de aves (EPAGRI, 2011).

Santa Catarina está inserido em um contexto diferenciado, quando comparado aos Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, principais centros de produção agrícola do País, principalmente de grãos (IBGE, 2006). Ao contrário destes Estados, em Santa Catarina a base da produção primária é a agricultura familiar, onde a terra, em muitos casos, é oriunda de herança. É neste cenário que se dá a produção catarinense. Todavia, há necessidade de incentivo governamental para a manutenção dos agricultores familiares na terra, com renda e qualidade de vida. (DENARDI, 2001).

Todos os anos, com intuito de incentivar a produção agrícola e agropecuária, o Governo Federal lança o Plano Agrícola e Pecuário. Esta política pública tem dois focos: a agricultura patronal e a agricultura familiar. Na safra 2014/2015, o

primeiro contou com recursos na ordem de R\$ 156 bilhões administrados pelo Ministério da Agricultura e Abastecimento (MAPA) e o segundo com R\$ 24,1 bilhões, cuja distribuição da verba é coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.

Entre os principais instrumentos para dispersão do crédito para os agricultores familiares, foco deste estudo, está o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O mesmo é a mais importante política pública no Brasil voltado a este segmento da sociedade. É compreendido por diversas linhas de financiamento. Dentre elas, a mais recente, criada em 2008, chamada Pronaf Mais Alimentos, é voltada a estimular a produção de grãos e atividades agropecuárias.

Como o próprio MDA afirma, o Mais Alimentos [...] “permite ao agricultor familiar investir em modernização e aquisição de máquinas e de novos equipamentos, correção e recuperação de solos, resfriadores de leite, melhoria genética, irrigação, implantação de pomares e estufas e armazenagem” (MDA, 2012). Um dos destaques do programa para cumprir com estes objetivos foi a parceria firmada com empresas do setor de máquinas e implementos agropecuários que permitiu, por exemplo, a aquisição de tratores, plantadeiras, batedores e outros ferramentais com descontos de até 17,5%.

Tendo em vista esse cenário, este artigo elencou como objetivo a análise do impacto do Pronaf Mais Alimentos no desenvolvimento econômico e social dos agricultores familiares residentes na microrregião de Pinhalzinho – SC. Além desta questão geral, estudaram-se o montante financeiro e o número de contratos firmados na Linha Mais Alimentos na microrregião, identificando os atores que compõem a rede do Pronaf Mais Alimentos, o impacto do programa governamental de crédito no interior das propriedades e sua relação com a qualidade de vida dos agricultores familiares.

METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso, já que se propôs a descrever “[...] um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (YIN, 2005, p.32). Assim, tal estratégia contribuiu para delimitar o foco da

pesquisa no Pronaf Mais Alimentos, visando investigar sua relação com o desenvolvimento econômico e social dos agricultores familiares residentes na microrregião de Pinhalzinho (SC).

Para a realização do estudo de caso, a Teoria Ator-Rede (TAR) foi eleita como dispositivo teórico-metodológico por melhor contribuir com o alcance dos objetivos propostos nesta pesquisa, abrangendo o social e o técnico, não como dicotômicos, mas como relação. A Teoria Ator-Rede situa-se no campo da Sociologia das Ciências e seus principais fundadores são: Bruno Latour, Michel Callon e John Law. Rede é uma das noções centrais da Teoria do Ator- Rede e o seu uso permite evidenciar o hibridismo presente nas associações e movimentos que se configuram entre humanos e não humanos, natureza e cultura. Nessa perspectiva, concebe-se que a ação se distribui em rede, sendo necessário observar: a ação do ator, os efeitos que essa ação produz na rede e os efeitos que a rede produz nos atores em conexão e nas relações estabelecidas entre eles. O termo ator é utilizado para denominar pessoas, organizações, objetos, dispositivos tecnológicos (entre outros) que tenham agência, que produzam efeitos nas redes onde estão vinculados (LATOUR, 2001).

Andrade (2006, p. 53) afirma que a Teoria Ator-Rede é um importante dispositivo para “analisar a formação de políticas públicas, pois ao tratar conjuntamente o processo do organizar em suas características estruturais e relacionais esta abordagem propicia uma maior compreensão da gestão como uma realização coletiva que integra diferentes atores”.

Desse modo, a TAR possibilitou conceber o Pronaf Mais Alimentos como uma grande rede que envolve diversos atores, dentre os quais alguns são mais visíveis e outros menos visíveis. Na rede do Pronaf Mais Alimentos de imediato, de forma geral, podem ser identificados alguns atores como: o governo (que se desdobra em outras redes de atores)¹, os agentes financeiros, a assistência técnica, os agricultores familiares, as máquinas, equipamentos e edificações e a produção em si. Como não há ponto de central de entrada na rede, neste estudo preferiu-se eleger como ponto de acesso o agricultor familiar. Este ator, que é foco do Programa, está conectado aos demais atores envolvidos no processo, como: entidades financeiras que concedem o crédito; o Governo Federal que formula a política pública e dita as diretrizes do

¹ A estrutura rede pode ser pensada também como uma rede de redes (LATOUR, 2006).

programa; as máquinas e equipamentos utilizados na propriedade; a produção em si; a cooperativa para qual vende sua produção e a Assistência Técnica (ATER). Nessa forma de análise, buscou-se observar a movimentação do conjunto, ou seja, da rede, sem interferência de ordem ou importância.

Na primeira parte, a pesquisa tomou como porta de entrada da rede do Pronaf os agentes de crédito, com intuito de levantar o montante financeiro e o número de contratos firmados na microrregião de Pinhalzinho. A partir desta análise, foi possível identificar algumas das concentrações de investimentos, observando questões relacionadas a diversificação da produção agrícola e agropecuária. Também, a fim de construir a rede do Mais Alimentos, com conexão aos atores financeiros, se discutiram comparando os desempenhos dos diversos atores. Nesta primeira etapa, a pesquisa foi de carácter mais quantitativo, descrevendo os dados e os analisando com base na Teoria Ator-Rede e a outros estudos como o Conti e Roitman (2011) e de Sergio Schneider e Tanise Freitas (2013).

A segunda etapa da pesquisa buscou identificar os atores envolvidos e com tradução na rede do Pronaf Mais Alimentos. Seguindo o critério proposto pela TAR, considerou-se atores não somente humanos, mas também não humanos, como documentos, máquinas, equipamentos e a produção em si. Evidente que foram destacados, principalmente, os atores com maior agência. Esta etapa da pesquisa concentrou maior esforço na caracterização do território e reconhecimento dos atores envolvidos na rede. O levantamento de informações se deu por meio da pesquisa de campo e documental.

A terceira etapa da pesquisa teve carácter qualitativo e foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas – entre agosto e dezembro de 2013 - com a participação de nove agricultores familiares residentes nos municípios de Pinhalzinho (cinco propriedades), Saudades (duas propriedades), Modelo (uma propriedade) e Bom Jesus do Oeste (uma propriedade). Os entrevistados foram escolhidos com base na indicação dos agentes financeiros Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), Sindicato dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar (SINTRAF) e Cooperativa Regional Itaipu (COOPERITAIPU) que compuseram uma lista de agricultores com financiamento no Mais Alimentos. Dessa lista foram selecionados agricultores que

realizaram investimentos nos setores agrícola e agropecuário. Destes nomes a escolha da propriedade foi feita de maneira aleatória. Após a realização das entrevistas, percebeu-se a necessidade de classificar os agricultores por renda, acesso a crédito e quantidade de terra. Assim, utilizou-se a proposta embasada no relatório da FAO/INCRA (2000), considerado uma revisão/aprimoramento do estudo realizado em 1994, o qual contribuiu de maneira significativa para contextualizar e caracterizar agricultura e agricultor familiar.

Este estudo classifica como agricultores consolidados aqueles produtores considerados empresários do setor, com boa liderança nas comunidades, buscam assistência técnica e creditícia, possuindo bom poder de análise e gerenciamento. São propriedades geralmente menores de 100 hectares (ha) com concentração próxima a 50 ha. Já os em transição são aqueles produtores de menor esclarecimento que os consolidados, buscam em menor intensidade a assistência técnica e creditícia, possuindo médio poder de análise e gerenciamento. São propriedades geralmente menores de 100 ha com concentração próximo a 20 ha. Por fim, com base na FAO/INCRA (2000) classifica-se como periféricos ou de subsistência aqueles em que a utilização do crédito rural é nula ou incipiente, pois não possuem viabilidade econômica para ter acesso a ele. Geralmente estes agricultores têm dificuldades quanto ao gerenciamento da propriedade e são considerados os que mais se aproximam do camponês tradicional, pois a luta pela terra e contra as perversidades do capitalismo se faz presente. São propriedades geralmente menores de 50 ha com concentração abaixo de 20 ha.

Com base neste enquadramento, as nove propriedades selecionadas para este estudo compreendem: três de famílias de agricultores consolidados; cinco de famílias de agricultores familiares em transição; e uma de famílias de agricultores familiares periféricos ou de subsistência. A esta classificação proposta pela FAO/INCRA (2000), levou-se em consideração o espaço geográfico, pois há um entrevistado consolidado que possui uma área menor do que o proposto para enquadramento. O mesmo aconteceu com a situação da propriedade periférica, na qual uma família possui área maior de terra do proposto para enquadramento. Para categorização, utilizou-se os demais critérios, com ênfase, principalmente, na condição de acesso ao crédito.

Para fins de apresentação, os entrevistados foram identificados com as seguintes nomenclaturas: família um – agricultor homem (F1AH); família dois – agricultor homem (F2AH); família três – agricultor homem (F3AH); família quatro – agricultor homem (F4AH); família cinco – agricultor homem (F5AH); família seis – agricultor homem (F6AH); família sete – agricultor homem (F7AH); família oito – agricultor homem (F8AH); e, família nove – agricultor homem (F9AH). Nas propriedades das famílias F2, F5, F6, e F8 as entrevistas foram realizadas com a presença das esposas destes agricultores familiares, as quais foram identificadas como: família 2 – agricultora mulher (F2AM); família cinco – agricultora mulher (F5AM); família seis – agricultora mulher (F6AM); e, família oito – agricultora mulher (F8AM).

Como se pode perceber, o número de propriedades distribuídas de acordo com a classificação FAO/INCRA (2000) foi diferente ou desigual, porque foi feita após realização das entrevistas. Sem elas, não se teriam os dados de renda, tamanho da propriedade e possibilidade de acesso ao crédito, fatores cruciais para enquadramento na classificação. A partir desta classificação buscou-se analisar o impacto do programa governamental e do crédito no interior das propriedades, observando questões relacionadas à qualidade de vida dos agricultores familiares e a interferência da política pública na dinâmica da propriedade da agricultura familiar.

Somadas as coletas de dados nas propriedades da agricultura familiar da microrregião, também foram entrevistados um agente da assistência técnica da Cooperativa Regional Itaipu e um diretor de agroindústria, a fim de melhor compreender o funcionamento da rede sob o viés de outros atores.

Com relação ao instrumento de pesquisa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas compostas por um roteiro com perguntas abertas e fechadas, compreendendo questões relativas a identificação da propriedade e levantamento de informações sobre o Pronaf Mais Alimentos. Por fim, os entrevistados responderam questões sobre qualidade de vida, como: o que seria qualidade de vida no contexto da agricultura familiar; qual a expectativa da família sobre o aumento/diminuição da qualidade de vida; e a se o Pronaf Mais Alimentos pode promover melhoria nas condições de vida da família agricultora.

A MICROREGIÃO DE PINHALZINHO E A REDE DE ATORES DO PRONAF MAIS ALIMENTOS

A agricultura familiar é a base da economia primária catarinense. No espaço geográfico de 95.286,1 km², que constitui a microrregião de Pinhalzinho, estão situadas, segundo Censo Agropecuário do IBGE (2006), 168.544 estabelecimentos enquadrados como de agricultura familiar. Em hectares (10.000 m²), o estado de Santa Catarina tem 6.040.134 ha, dos quais 2.645.088 são ocupados pela agricultura familiar. O restante (3.395.047 ha) é detido pela chamada agricultura patronal que possui 25.119 estabelecimentos rurais. Como se pode perceber, apesar da agricultura familiar deter o maior número de propriedades, esta categoria fica somente com 44% da área. Os outros 56% são ocupados pela agricultura patronal, que utiliza mão de obra assalariada, alta mecanização e maior dependência nas cadeias produtivas longas.

Analisa-se que a região oeste de Santa Catarina é privilegiada n que diz respeito: 1) as possibilidades de estudos na área rural; 2) a importância, do ponto de vista econômico, da produção primária na composição do Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios; 3) a presença de cadeias produtivas curtas e longas, ambas movidas e dependentes da agricultura familiar, do ponto de vista social. A microrregião de Pinhalzinho também pode ser compreendida tendo em vista esse contexto.

Para este estudo, considera-se a como pertencentes a esta microrregião os municípios de Pinhalzinho, Saltinho, Bom Jesus do Oeste, Sul Brasil, Serra Alta, Modelo e Saudades. Todos abrangidos pela Cooperativa Regional Itaipu, a qual, por laços históricos do cooperativismo, criou vínculos de relação entre estes espaços territoriais, conectados principalmente por raízes histórico-emancipatórias. Como por exemplo, Saudades, Modelo e Pinhalzinho foram criados em 1960, desmembrados de São Carlos. Já Bom Jesus do Oeste, Serra Alta e Sul Brasil foram emancipados de Modelo; e Saltinho, por sua vez, de Campo Erê. Bom Jesus do Oeste e Saltinho foram emancipados em 1995 e Serra Alta e Sul Brasil em 1989. A Figura 1 apresenta geograficamente a disposição geográfica dos municípios.

Em termos populacionais, residem na região 41.537 pessoas. O município mais populoso é Pinhalzinho e o com menor número de habitantes é Bom Jesus do Oeste, com 2.132 habitantes (IBGE, 2010). O PIB desta microrregião, segundo dados do IBGE (2010) é de R\$ 744.785,00. O município mais rico, sob este aspecto do Produto Interno

Bruto, é Pinhalzinho, com R\$ 397.378.000,00. Quanto a presença de pessoas no campo, a média regional é de 46,28%. Pinhalzinho é o município que possui menos pessoas no campo (16% da sua população). Já o maior percentual de população no campo está em Saltinho que possui 68% das pessoas no campo (IBGE, 2010).

Segundo dados do IBGE (2010), Saudades é o município que detém o maior número de propriedade rurais (1.097), seguido por Saltinho (684), Pinhalzinho (682), Sul Brasil (570), Serra Alta (515), Modelo (385) e Bom Jesus do Oeste (362). Quanto a Saudades este número pode ser explicado pela extensão territorial (205 km²) e percentual de população residente na área rural (43%).

Quanto as atividades agrícolas e agropecuárias presentes neste conjunto de municípios, pertencentes a Secretaria de Desenvolvimento Regional de Maravilha e integradas à Cooperitaipu, conforme os dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2006), destacam-se, com maior viés mercadológico, a produção de aves, suínos, leite, milho, feijão e soja. Porém, percebe-se de forma marcante o cultivo de outras culturas para subsistência, no formato de cadeias curtas, mais horizontalizadas, as quais são incentivadas pelas Secretarias Municipais de Agricultura, através de feiras livre ou convênios com instituições de Assistência Técnica e Extensão Rural, como a Epagri, por exemplo, e forte tendência a agroindustrialização.

Na microrregião de Pinhalzinho, estão presentes, com agências físicas instaladas, três cooperativas de crédito e bancos convencionais, a saber: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Bradesco. Ao analisar-se a rede, pode-se perceber que tanto as cooperativas de crédito, quanto as instituições tradicionais conectam-se pelo vínculo com outros atores, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o qual está relacionado ao Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Governo Federal. É através do BNDES que muitos dos recursos utilizados no Mais Alimentos, contratados via os agentes financeiros, chegam aos agricultores familiares. Além desta fonte de recursos, como se apresentará mais adiante, há outros financiadores da política pública, como o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e recursos obrigatórios das próprias instituições de crédito.

Como percebido, o setor cooperativista de crédito é consolidado no território. Um dos atores que sustenta a rede é a Cooperativa Regional Itaipu, criada

em 26 de abril de 1969. O principal objetivo, como cooperativa de produção, era facilitar a venda de produtos agrícolas e compra de insumos, num cenário de modernização da agricultura, vivida principalmente na região nesta mesma época, com a criação de outros empreendimentos agroindustriais. A Regional Itaipu é fruto da união com a Cooperativa Mista Modelense, a qual permitiu a incorporação de um novo território, que mais tarde, pelo movimento emancipalista, desmembraria Serra Alta e Sul Brasil.

A análise da rede mostra que a cooperativa de produção está vinculada aos agentes de crédito, agentes de assistência técnica, privados ou públicos, como a Epagri, e também ao mercado, representado pelas agroindústrias. No caso da Itaipu, o vínculo se dá diretamente à Aurora Alimentos, a qual é sócia e criada pela união de 13 cooperativas de produção atuantes no oeste catarinense e noroeste do Rio Grande do Sul. É através da cooperativa de produção, agroindústria ou agentes de crédito que o agricultor familiar passa a integrar outra rede, mais ampla, com abrangência nacional e internacional, desde a captação do crédito - o qual é ofertado pelas instituições financeiras que, muitas vezes, obtém o dinheiro no mercado financeiro – até a venda da produção. Hoje, a ave produzida na microrregião é exportada para diversos países, dentre os cinco principais, estão: Japão, Arábia Saudita, Iraque e União Europeia (EPAGRI, 2014). Já o mercado suínico de Santa Catarina tem como principais compradores suíno é exportados para Rússia, Ucrânia, Hong Kong, Cingapura e Argentina (EPAGRI, 2014).

Como política pública, o Pronaf Mais Alimentos vincula-se a duas redes: uma nacional, vinculada a atender demandas da agricultura familiar brasileira e outra internacional, abrangendo principalmente países do continente africano, como Zimbábue e Gana, além do Mais Alimentos Cuba. As agroindústrias que vinculam os agricultores ao mercado internacional contribuem para compreender a rede do programa governamental. Elas transportam até os agricultores a visão da gestão empresarial, baseada no aumento da produtividade, redução de custos e ganhos em escala.

Ainda, os agricultores familiares também se conectam a outra rede, a dos produtores de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas e agropecuários, voltados ao segmento do agronegócio. Assim, a profissionalização da produção passa a ser uma exigência, pois para atender as demandas do mercado e manter-se na atividade

surge, somada a escassez de mão de obra, a necessidade da inclusão de novas tecnologias a fim de proporcionar ganhos marginais, com a diluição de custos no aumento produtividade.

Neste cenário, a implementação do Mais Alimentos, em junção aos interesses economicistas do Governo Federal e ministérios, fortaleceu os atores que se vinculam ao mercado, principalmente os produtores de tecnologia e agroindústrias que agregam valor ao produto da agricultura familiar, resultando em lucros. Portanto, com base nesta hipótese, a política pública pode ser considerada uma ferramenta anticrise dado o contexto em que foi criada: no auge da crise econômica iniciada em 2007 com ápice em 2008. O governo federal, neste contexto, utilizando-se da teoria anticíclica, percebeu a importância da demanda interna para o crescimento econômico e aumentou sua participação na liberação de crédito em diversos setores, dentre eles a agricultura, com a criação do Mais Alimentos. Por esta lógica, o mesmo dinheiro que beneficiou o Agricultor familiar com financiamento, também trouxe aumento de demanda às empresas nacionais e internacionais de máquinas, equipamentos, implementos e insumos. Portanto, poderia se ir além e questionar, dada esta realidade, se o objetivo foi fomentar a agricultura ou gerar empregos e a manutenção de negócios no meio urbano?

A partir desse contexto, com base nas observações via TAR, percebe-se que a microrregião de Pinhalzinho comporta diversos atores que se conectam a várias redes. O agricultor familiar, antes vinculado a redes menores, a partir do contato e relações com o cooperativismo, crédito e agroindústrias passa a se conectar e torna-se agente de uma rede internacional, na qual seu produto passa a ser consumido em diversos países e não somente nos territórios locais, regional e nacional. Principalmente, a partir da exportação da proteína animal, via atores com agência internacional, a dinâmica da propriedade se altera, sofre modificações no modo de gerenciamento da produção, atrelando o agricultor familiar às normas do mercado.

O IMPACTO DO PRONAF MAIS ALIMENTOS NA MICRORREGIÃO DE PINHALZINHO

Criado em 2008, o Mais Alimentos, segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, visa conceder crédito para investimento em infraestrutura na propriedade, a fim de criar condições para o aumento da produção e da produtividade na agricultura

familiar. O total financiado pode chegar à R\$ 360 mil, conforme o Plano Safra da Agricultura Familiar (PSAF) 2013/2014, a ser pago em até 10 anos, com carência de até três anos, porém com possibilidade de extensão para cinco anos, quando a atividade assistida requerer esse prazo e o projeto técnico ou a proposta de crédito comprovar a sua necessidade. Com relação aos valores financiados, estes foram crescendo ao longo do tempo. Nos dois primeiros anos, o valor foi de R\$ 90 mil (PSAF 2008/2009) e R\$ 100 mil (PSAF 2009/2010). Já no Plano Safra seguinte, o valor foi reajustado para R\$ 130 mil. Hoje, este valor está em R\$ 150 mil, porém com um diferencial: agora, em virtude de abranger com maior facilidade atividades que requerem maior investimento, como a construção de pocilgas e aviários o montante financiado pode chegar a R\$ 360 mil. Outro fator que contribui de forma interessante para aumentar a capilaridade de acesso ao Mais Alimentos é a constante revisão da renda bruta do agricultor, onde, no Plano Safra 2012/2013 poderia ter rendimentos de até R\$ 160 mil por ano e, no atual, até R\$ 360 mil.

Além do montante a ser obtido em financiamento, outro aspecto que ganha destaque para fazer da política pública interessante para o agricultor familiar são os juros auferidos. Variam de 1% ao ano para investimentos de até R\$ 10 mil a 2% ao ano para investimentos com valor superior a R\$ 10 mil. O Mais Alimentos contempla praticamente todas as atividades relacionadas à agricultura, servindo como mecanismo de crédito para aquisição desde animais até veículos para transporte da produção ou ainda softwares para gerenciamento da propriedade. O acesso do agricultor familiar a rede do Pronaf Mais Alimentos é feita, primeiramente, por meio da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Após a obtenção da declaração, há necessidade de elaboração de um projeto, o qual pode ser feito pelo próprio contraente ou terceiros, com a contratação de empresas independentes ou de organizações como a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (Epagri). Além de projetos individuais, esta linha Pronaf permite a contração de crédito para investimentos conjuntos, em formato de cooperativa, cujo limite de recursos pode chegar a R\$ 750 mil, com a ressalva de que o valor individual não ultrapasse os R\$ 130 mil, como determinado pela Resolução 4.107 do Banco Central.

Na microrregião de Pinhalzinho, o Mais Alimentos injetou na economia dos sete municípios, desde sua criação até dezembro de 2013, R\$ 156.397.288,90, em

5.232 contratos. Estratificando estes dados, o destaque está no ator Sicoob-Creditaipu que foi responsável pela liberação de 3.103 contratos e um montante R\$ 87.910.593,39. Depois da cooperativa de crédito o Banco do Brasil foi responsável por financiar 1.536 empreendimentos rurais, com montante total de R\$ 58.669.373,00. No período 2008- 2013, a Cooperativa de Crédito com Interação Solidária (Cresol) liberou o volume de R\$ 7.614.028,51, em 515 contratos. Por último, talvez por ter atuação mais recente na microrregião e área de abrangência mais restrita aos municípios de Pinhalzinho e Saudades, está o Sicredi Alto-Uruguai que liberou o montante de R\$ 1.809.015,00 em 78 contratos. A tabela sintetiza 1 a liberação de crédito e contrato por ano do Mais Alimentos, entre as agências bancárias na microrregião

Tabela 1: número de contratos e valor distribuídos de 2008 a 2013

MAIS ALIMENTOS		
ANO	CONTRATOS	VALOR
2008	429	R\$ 10.731.143,06
2009	543	R\$ 19.491.767,66
2010	782	R\$ 25.476.420,66
2011	928	R\$ 29.636.554,25
2012	1.650	R\$ 45.266.070,54
2013	900	25.795.332,73
TOTA	5232	R\$ 156.397.288,90

Fonte: pesquisa do autor com base em informações dos agentes financeiros.

Como apresentado, o ritmo de acesso ao programa foi crescente até atingir um máximo em 2012, tanto em número de contratos – crescimento de 284% - e em volume financeiro, sendo 321,81% superior ao liberado em 2008, início do programa. Podem ser levantadas algumas hipóteses para analisar esse crescimento de acesso ao Programa. A primeira consideração a ser feita é relacionada ao montante financeiro, o qual disponibilizava por contrato até R\$ 80 mil; e a segunda, mais relacionada ao número de contratos, pode ser relacionada ao fato de em 2008 a política pública ter sido lançada juntamente com o Plano Safra da Agricultura Familiar 2008/2009, que normalmente acontece no mês de junho de cada ano, reduzindo o tempo de divulgação e do próprio acesso. Ressalta-se que percentualmente houve um crescimento do montante financiado. Comparativamente, o volume aumentou 81,63% em 2009 (ano-base 2008); 30,70% em 2010 (ano-base 2009); 16,33% em 2011 (ano-base 2010); 52,73% em 2012 (ano-base 2011) e registrou-se um decréscimo de -43,01% em 2013

(ano-base 2011). Esta queda de quase 50% pode ser decorrente de limitações da própria pesquisa pelo fato dos dados ainda não estarem consolidados dentro das instituições financeiras, quando repassadas ao pesquisador.

A estratificação e análise dos dados em separado, por instituição financeira, possibilita identificar que somente o ator Banco do Brasil evidenciou uma queda no número de contratos e volume de créditos concedidos, quando comparado a 2011. Os demais atores todos apresentaram resultados positivos na concessão de recursos para os agricultores familiares da microrregião. Pormenorizando os dados e os respectivos desempenhos dos atores que compõem as agências bancárias, torna-se possível observar no Sicoob-Creditaipu algumas particularidades, conforme apresentadas na tabela 2.

Tabela 2: volume de recursos e contratos firmados de 2008 a 2013 na Creditaipu

INSTITUIÇÃO	ANO	CONTRAT	VALOR
SICOOB	2008	410	9.416.630,06
	2009	388	9.603.455,66
	2010	493	12.161.685,18
	2011	641	17.149.006,25
	2012	938	29.222.324,51
	2013	233	10.357.491,73
TOTAL		3103	87.910.593,39

Fonte: pesquisa do autor com dados repassados pelo Sicoob-Creditaipu.

Pela tabela, ao se analisar os resultados dos anos 2008 e 2009, observa-se questões interessantes que reforçam a importância do constante e gradativo aumento do valor do crédito concedido pelas políticas públicas, assim como as condições de acesso. Comparando os desempenhos de ambos os anos, verificou-se uma diminuição do número de contratos – de 410 caiu para 388 –, porém o montante financeiro aumentou em R\$ 186.825,60. Depois, de 2009 a 2012, houve acréscimos nos contratos e volume financeiro numa taxa média de 35% ao ano.

No caso do ator Banco do Brasil, verificou-se grandes oscilações no desempenho da instituição como fonte de liberação de crédito. A tabela 3 apresenta o desempenho da agência de crédito desde a criação da linha de financiamento.

Tabela 3: volume de recursos e contratos firmados de 2008 a 2013 no BB

INSTITUIÇÃO	ANO	CONTRATOS	VALOR
BB	2008	15	1.089.857
	2009	152	9.384.982
	2010	251	11.879.729
	2011	237	10.758.977
	2012	234	10.543.687
	2013	647	15.012.141
TOTAL		1.536	58.669.373

Fonte: pesquisa do autor com base nas informações do BB.

Como visto, houve uma forte expansão na liberação de crédito via o Pronaf Mais Alimentos no segundo ano da política pública, a qual partiu de 15 contratos em 2008 para 152 em 2009 – crescimento de 913%. Nos anos subsequentes, até 2011, registrou-se acréscimos no montante de crédito liberado e contratos firmados nos sete municípios. O ano de 2012 foi marcado por uma leve redução do número de agricultores que acessaram a política pública (-3 contratos), bem como do montante financeiro liberado (R\$ 219.290,00). Já o ano de 2013 fechou com volume de crédito recorde de R\$ 15.012.141, 00 (+42,38%) e 647 contratos firmados (+176,49).

O desempenho do ator Cresol de certa forma se assemelha ao do Banco do Brasil. Uma das explicações possíveis é que a cooperativa de crédito está conectada ao banco federal e ao BNDES para emprestar aos agricultores familiares associados à instituição, fazendo constantes captações em ambos agentes. A tabela 4 detalha o acesso dos agricultores familiares ao Mais Alimentos pela Cresol.

Tabela 4: volume de recursos e contratos firmados de 2008 a 2013 na Cressol

INSTITUIÇÃO	ANO	CONTRATOS	VALOR
CRESSOL	2008	4	R\$ 224.656,00
	2009	1	R\$ 63.637,00
	2010	20	R\$ 995.313,48
	2011	34	R\$ 1.343.669,00
	2012	456	R\$ 4.986.753,03
	2013		
TOTAL		515	R\$ 7.614.028,51

Fonte: pesquisa do autor com base nas informações repassadas pela Cressol Pinhalzinho.

A Cresol no primeiro ano liberou quatro contratos que totalizaram R\$ 224.656,00. Já no ano seguinte, somente um contrato foi firmado, com valor de R\$ 63.637,00. A partir de 2010, a cooperativa de crédito acompanhou o ritmo de expansão dos demais atores envolvidos na rede, aumentando de maneira significativa sua participação no programa, com destaque para o ano de 2012, com 456 contratos firmados, totalizando R\$ 4.986.753,03.

Em termos de número de contratos e volume financeiro disponibilizados, o Sicredi Alto-Uruguai obteve o menor desempenho. Um fator de influência neste resultado está diretamente relacionado ao tempo de instalação da agência em Pinhalzinho, no ano de 2009 – por isso não foram registrados contratos em 2008 – e pela reduzida abrangência de atuação, atendendo somente os municípios de Pinhalzinho e Saudades. A tabela 5 sintetiza os dados.

Tabela 5: volume de recursos e contratos firmados de 2008 a 2013 no Sicredi

INSTITUIÇÃO	ANO	CONTRATOS	VALOR
SICREDI	2008		
	2009	2	45.414,00
	2010	18	439.693,00
	2011	16	384.902,00
	2012	22	513.306,00
	2013	20	425.700,00
TOTAL		78	1.809.015,00

Fonte: pesquisa do autor com base nas informações do Sicredi-Alto Uruguai.

Como observado, no primeiro ano de instalação da agência dois contratos foram firmados, totalizando R\$ 45.414,00, um valor considerado baixo, quando comparado a possibilidade de financiamento de R\$ 90.000,00 disponível pelo Plano Safra 2009/2010 na Linha Mais Alimentos. No ano seguinte (2010), tanto o número de contratos e montante de recursos obtiveram significativo aumento: 800% a mais em contratos, saltando de 2 para 18 contratos; e 868% em Reais, de R\$ 45.414,00 para R\$ 439.693,00. Em 2011, o desempenho da cooperativa de crédito diminuiu, porém voltou a crescer em 2012, reduzindo novamente em 2013.

Ressalta-se alguns aspectos relacionados à liberação de contratos e recursos do Mais Alimentos nos agentes financeiros. Se pensados em termos de rede, todos são

conectados a uma rede maior, de abrangência nacional. Por exemplo, tanto a agência de Pinhalzinho do Banco do Brasil, quanto às das cooperativas de crédito Cressol, Sicoob-Creditaipu e Sicredi Alto Uruguai estão diretamente ligadas às redes nacionais do Banco do Brasil, Sicoob, Sicredi e Cressol, sendo estas as responsáveis pela liberação de cotas financeiras para os outros nós da rede. Na prática significa dizer que há uma dependência dos agentes das redes nacionais que captam dinheiro de outros atores, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ou no Tesouro Nacional, FAT ou Poupança Rural (MCR6), para emprestar aos agricultores familiares, também integralizados a rede. Neste contexto, um aspecto também merece ser mencionado: no caso de um dos atores financiadores diretamente ligados aos agricultores familiares demandar de um volume de recursos dos atores-chave e não os emprestar ao público em questão, o ator local é penalizado com cotas de recursos menores em momento posterior. Portanto, há o esforço por parte das agências locais em alocar todo o montante solicitado no mercado dos tomadores de crédito, o que pode tornar o agente financeiro um ser ativo na ‘venda’ da Linha do Mais Alimentos.

Um caso prático foi identificado pela pesquisa no interior do município de Pinhalzinho. O agricultor familiar F4AH demandou um investimento na área de leite. Em conversa com o responsável pela carteira de crédito na agência bancária havia sido informado primeiramente da escassez de recurso na Linha Mais Alimentos e o financiamento iria demorar a ser liberado. Porém, alguns dias depois, a cooperativa de crédito entrou em contato disponibilizando recursos na linha pretendida, mas com um prazo de pagamento menor do anunciado pelo programa federal. Nas palavras do agricultor familiar:

Tem uma sobra de dinheiro do Mais Alimentos que é pra 5 anos só. Respondi pra cinco anos não. E então ele me disse vamos oferecer pra outro. Mas é um direito dos 10 anos. Eu quero os 10. Depois no mesmo dia ele me liga, oh, [...] conversei com o pessoal e esse é um dinheiro pra 7 anos. Não tinha condições de pagar em cinco... tudo bem pego em 7, mas daí o banco fica trabalhando 3 anos com o meu dinheiro, depois disso o banco paga o governo (ENTREVISTADO, F4AH).

A análise do agricultor em questão evidencia claramente a relação entre as redes mais curtas (local) e mais longas (nacional), onde todos estão interligados. Com relação à obtenção do crédito, a fala do entrevistado relata concertação entre o ator agricultor familiar e ator cooperativa de crédito pelo fato do prazo obtido ser menor do pretendido pelo tomador do empréstimo. A operação foi legal do ponto de vista jurídico, como

especificado no Manual de Crédito Rural (MCR) no item que trata da Linha Mais Alimentos, a qual afirma que o prazo pode ser de até 10 anos para quitação do débito.

Outro aspecto que reforça a construção de uma rede envolta no Pronaf Mais Alimentos pode ser observada na análise dos dados da Cressol. Na agência de Pinhalzinho, em 516 contratos liberados desde 2008 até 2013, todos os recursos captados para empréstimos aos agricultores familiares foram oriundos do Banco do Brasil e do BNDES, conforme apresenta a tabela 6.

Tabela 6: volume de recursos e contratos firmados na Cressol com captação no BNDES

	Valor	Número de operações
PERÍODO	1/7/2008 - 30/6/2009	
BNDES	R\$ 224.656,00	4
PERÍODO	1/7/2009 - 30/6/2010	
BNDES	R\$ 63.637,00	1
PERÍODO	1/7/2010 - 30/6/2011	
BNDES	R\$ 642.642,00	14
BB	R\$ 352.671,48	6
PERÍODO	1/7/2011 - 30/6/2012	
BNDES	R\$ 1.266.919,00	33
BB	R\$ 76.750,00	2
PERÍODO	1/7/2012 - 30/6/2013	
BNDES	R\$ 797.863,45	38
BB	R\$ 224.749,00	15
Emergencial BB	R\$ 3.855.475,20	392
Emergencial BNDES	R\$ 108.665,38	11
TOTAL	R\$ 7.614.028,51	516

Fonte: pesquisa do autor com base nas informações da Cressol – Pinhalzinho.

A partir da análise da tabela se observa a importância do BNDES como fonte de recursos. Desde a criação do Mais Alimentos, a Cressol utiliza de recursos do banco de fomento estatal, tradicionalmente ligado ao financiamento dos setores da indústria e investimentos no país e no exterior. Tanto em volume de recursos ou de contratos, a

utilização do BNDES na captação do crédito é superior ao do Banco do Brasil por parte da cooperativa de crédito de interação solidária.

Na academia, esta relação entre os atores que elaboram projetos guarda-chuva já foi alvo de investigação de Conti e Roitman (2011). A pesquisa documental, realizada a partir da análise de demonstrações financeiras e contábeis do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco Central (BC), Banco do Brasil (BB), Banco do Nordeste, Bansicredi e Bancoob, buscou levantar informações sobre a participação de cada fundo na composição dos recursos aportados para o programa. A pesquisa analisou os 15 anos do programa, de 1996 até 2010. Nela, os autores desenvolvem um modelo matemático para averiguar o custo de equalização dos encargos financeiros gerados. As simulações foram feitas em dois tipos de financiamento: Pronaf Investimento, no valor de R\$20 mil, com taxas de juros de 2% ao ano e oito anos de prazo total; e Pronaf Custeio, de R\$10 mil, com juros de 1,5% ao ano e 11 meses de prazo total para quitação. As simulações foram feitas com base nas instituições BNDES e BB para crédito investimento e Bancoob, Bansicredi, BNDES e BB para custeio.

Conti e Roitman (2011) apontam, dentre outros dados, que as instituições financeiras cooperativas apresentam custos de equalização menor, quando comparadas as demais fontes de recursos. Porém, [...] “os bancos cooperativos não dispõem de volume suficiente de recursos para liderar uma expansão futura do Pronaf. Essa desejável expansão ficaria a cargo, portanto, dos recursos obrigatórios, da poupança rural, dos fundos constitucionais e do BNDES” (CONTI; ROITMAN, 2011, p.165).

Os autores, por fim, salientam a necessidade de o governo continuar a aumentar o aporte de recursos para o Pronaf, sugerindo, inclusive, alterar os percentuais relativos às exigibilidades e subexigibilidades ou ainda mudar os fatores de ponderação utilizados para o cálculo destas exigibilidades. Para este acréscimo nos recursos, Conti e Roitman (2011) apontam os fundos constitucionais com mais propensão a contribuir com esta escalada e recomendam a utilização integral dos recursos da poupança rural para financiar investimentos e as outras fontes, como os recursos obrigatórios, para empréstimos de longo prazo.

Pela lógica descrita no trabalho de Conti e Roitmann (2011), o custo de execução do Mais Alimentos observado na microrregião de Pinhalzinho foi menor pelo

expressivo número de contratos firmados pelos atores privados-cooperativos. No total, durante os cinco anos analisados, foram contratados R\$ 97.333.636,90 em recursos, distribuídos em 3.696 contratos, nos sete municípios. Evidentemente, o resultado de 1.536 contratos firmados no Banco do Brasil não são desprezíveis, nem mesmo o valor de R\$ 58.669.373,00 liberados desde 2008. Porém, quando se observam os custos de equalização, pagos pelo Tesouro Nacional, quando da administração das políticas públicas, o setor cooperativo representa um impacto menor nas finanças públicas, quando comparado ao ator Banco do Brasil. Assim, o cooperativismo de crédito, que foi identificado por esta pesquisa como ator-chave na rede, poderia ser mais estimulado a se tornar maior executor das políticas públicas de crédito para a agricultura familiar, pelo seu menor custo para os cofres públicos, considerando a lógica de Conti e Roitmann (2011).

O MAIS ALIMENTOS E A QUALIDADE DE VIDA DO AGRICULTOR FAMILIAR DA MICRORREGIÃO DE PINHALZINHO

No contexto atual, desenvolvimento rural e qualidade de vida estão intimamente ligados. Conceitualmente, ambas as noções, conforme visto em diversos estudos (SCHNEIDER; FREITAS, 2013; SEN; NUSBAUM, 96; SEN, 2000; HERCULANO et al.; NAVARRO, 2000), não são fechadas, estão em constante transformação e podem remeter a várias interpretações. Porém, há aspectos em comum entre os estudiosos do desenvolvimento. Um deles no fato de remeter a transformação positiva, no sentido de os atores do território observarem, além da melhoria na distribuição de renda, uma nova percepção das condições de vida. Assim, o desenvolvimento deveria respeitar as particularidades culturais e sociais de cada território em questão. Nesse contexto, a implantação de modelos prontos de desenvolvimento poderia fortalecer, quem sabe, aspectos econômicos e pouco sociais (ou vice-versa), interferindo na qualidade de vida ou no modo de viver da população em questão, podendo incluir atores e excluir outros, interferindo naquilo que Sen (2000) chamou de ‘liberdade’.

Ao se pensar qualidade de vida e desenvolvimento como fatores relacionadas no meio rural e a interferência de atores não-humanos, como as aquisições possibilitadas através do Pronaf Mais Alimentos, faz-se necessário entender o cotidiano de uma propriedade caracterizada pela agricultura familiar. Na microrregião de Pinhalzinho, dentre as entrevistas realizadas, percebeu-se a escassez da mão de obra, a migração de

jovens para a cidade, impulsionada por novas oportunidades, além da pluriatividade, definida como situação em que [...] “os membros das famílias rurais eram levados a buscar algum tipo de trabalho e/ou obtenção de renda, geralmente em tempo parcial, fora das suas propriedades rurais, configurando-se a dupla ocupação” (SCHNEIDER, 2009, p.1).

Com relação à pluriatividade, Schneider (2009), numa tentativa de discutir algumas características e perspectivas para o fenômeno, ressaltou o aparecimento de diversas tipologias de ‘pluriatividade’, sendo a mais percebida entre os agricultores familiares entrevistados na microrregião de Pinhalzinho a pluriatividade pará-agrícola.

Em geral, este é um tipo de pluriatividade que resulta de atividades ligadas à produção de derivados de leite, cana, carnes, frutas e outros que passaram a ser processados e transformados no interior da propriedade mediante agregação de valor. No Brasil, estes empreendimentos vêm sendo chamados de agroindústrias rurais familiares. Quase sempre são de pequeno porte e estão organizados em forma de cooperativas, associações ou redes de comercialização. É claro que há uma enorme diversidade de agroindústrias familiares que possuem os mais diversos tipos de escalas e formas de gestão (individuais, associativas, cooperativas, etc). Este tipo de pluriatividade tende a aparecer em regiões onde predomina a agricultura familiar e onde os mercados de trabalho em atividades não-agrícolas intersetoriais são débeis ou quase inexistentes, como a região norte do Rio Grande do Sul, o oeste de Santa Catarina, o sudoeste do Paraná, no Sul do Brasil. (SCHNEIDER, 2009, p.11).

Indo ao encontro do que já estudou Ellis (2000) e Schneider (2009) percebe-se que esta modalidade de pluriatividade está relacionada a diminuição de riscos, a exposição ao mercado atrelado a rede transnacional, ou ao sistema verticalizado de integração. Assim,

[...] pluriatividade pode ser entendida como uma estratégia de reação (*coping*), em face há uma situação de risco ou vulnerabilidade, ou uma estratégia de adaptação, que ocorre quando os indivíduos dotados de capacidade de escolha conseguem optar e decidir frente a um conjunto de oportunidades e possibilidades. (SCHNEIDER, 2009, p.5).

Nesse contexto, pode haver uma discussão relacionada à interferência das políticas públicas no cotidiano da propriedade rural, com vistas a proporcionar maior qualidade de vida às famílias. Para esta discussão, as análises basearam-se na segmentação dos investimentos com o acesso ao Mais Alimentos. De antemão, afirma-se que a política de crédito visou a produzir bens de capital, entendidos como bens que aumentam a eficiência do trabalho humano (VICECONTI; NEVES, 2011). O que significa dizer que, além de dinamizar a economia da propriedade, as aquisições

realizadas por meio do programa se deram no contexto de diminuir o esforço físico, num cenário de escassez de mão de obra, vide o número de pessoas das famílias dos entrevistados.

As justificativas dos agricultores familiares para empreenderem no Mais Alimentos, além da já citada condição mercadológica, também se deu pelo fato da necessidade de diminuir o esforço físico do agricultor familiar, aumentando sua potencialidade produtiva. Em todas as propriedades visitadas se percebeu esta característica, as quais algumas foram afetadas de maneira diferente, a depender da atividade desenvolvida, seja suinocultura, avicultura, produção de leite ou grãos. Em geral, do ponto de vista do desenvolvimento rural e qualidade de vida, verificou-se duas situações: 1) concentração de investimento com fins de aumento econômico; 2) diminuição do esforço físico para realização das atividades cotidianas.

A partir destas duas constatações também pode ser afirmar que ambas, em dado contexto, são complementares a fim de aumentar a qualidade de vida da família agricultora, porém os entrevistados que optaram por investimentos com objetivo de aumentar a renda, também aumentaram consideravelmente suas atividades. Então, a renda maior veio acompanhada de maior esforço e comprometimento com o investimento e, portanto, com os atores com maior poder de agência sobre o mercado. Este exemplo foi verificado nas propriedades dos agricultores familiares que investiram na suinocultura (construção de pocilga) e avicultura (construção de aviário). Ambas atividades demandam mão de obra qualificada e atenção redobrada para com os animais. Na avicultura, por exemplo, de cada lote de frangos há necessidade de acompanhamento das condições de ambiente no interior do aviário, onde, muitas vezes, o produtor se vê obrigado a sair de sua residência durante a madrugada para verificar a temperatura e a alimentação no interior dos galpões, como relata o entrevistado F3AH.

As vezes a gente volta às 20h no aviário e às 22h tem que voltar de novo, quando os pintinhos são pequenos. Tem que colocar fogo, né. Aí a 1h da manhã eu levanto. Toda noite. 1h30 no máximo eu acordo. Daí vou no aviário e confiro a temperatura, a cortina eu abaixo.

A mesma situação também é observada na suinocultura, principalmente na iniciação (UPLs). Para o agricultor familiar produtor de leite, a rotina de acompanhamento dos animais também é diária e constante porém sem o detalhe do

acompanhamento noturno, independente de clima ou estação da ano. Neste mesmo contexto se encaixam os agricultores familiares que investiram na construção de salas de ordenha e aquisição de equipamentos se verificou a lógica da diminuição do esforço braçal, com aumento da qualidade de vida da família. Um exemplo claro de aumento de qualidade de vida foi verificado na propriedade do entrevistado F4AH que diminuiu o esforço físico, com manutenção da renda. Antes da aquisição de fornos para climatização dos aviários, era necessário um trabalho de acendimento de fogo em 10 fogões a lenha espalhados em cada um dos dois aviários. Depois do investimento, o trabalho reduziu consideravelmente. Bastava acender o fogo em dois pontos, diminuindo o tempo utilizado, aumentando o tempo de sono do agricultor familiar, cuja empreitada diária inicia às 6h da manhã e encerra às 22h.

No caso do leite, apesar de nova estrutura demandar de trabalho intenso na limpeza e desinfecção, além do trato dos animais, produção de alimento, etc, o compromisso mais presente com o gado leiteiro acontece duas a três vezes ao dia, para ordenha e nutrição. Entretanto, deve-se lembrar que na maioria das propriedades, pelo viés da diversificação, coexistem atividades agropecuárias e não-agrícolas, como agregação de valor. Assim, o agricultor familiar busca a manutenção da renda da família e da propriedade com uma atividade de renda mensal – no caso o leite – e outra para excedentes, como suinocultura ou avicultura, cujos pagamentos são feitos por lotes, em média a cada 45 dias, no caso dos frangos e iniciadores da suinocultura; e a cada três ou quatro meses para terminadores.

O entendimento do agricultor familiar acerca da qualidade da vida também vem ao encontro dos conceitos que atrelam o desenvolvimento rural baseado no viés econômico, o qual permitirá a realização de ações em prol do bem-estar da família. Nesse sentido, sob a ótica dos agricultores familiares todo o esforço feito é recompensado pela oportunidade de se obter recursos financeiros a fim de satisfazer novas necessidades humanas, como viagens e aquisição de bens de consumo, como automóveis, televisores, etc. Como exemplo podemos citar o entrevistado F2AH que afirma trabalhar muito, mas ter tempo para o lazer. Gosta muito de viajar e já fez algumas viagens, como ir para o Rio Grande do Sul e Paraná, mas ainda quer viajar para a Alemanha, pois têm parentes lá.

Também, ao ser questionados sobre o conceito de qualidade de vida, mais um elemento citado é a saúde e gostar da atividade empreendida na propriedade. Nas palavras do entrevistado F2AH a “primeira coisa, saúde, depois você fazer o que gosta; e que o que você gosta de fazer te remunere pelo que tu faz”. A mesma argumentação também foi encontrada na fala de outro entrevistado (F1AH): “ter saúde e um pouco de dinheiro”.

Outra questão interessante observada e citada pelos entrevistados é a questão do acesso à tecnologia da comunicação, como internet e telefones fixo e celular, já utilizado como ferramenta de trabalho, permitindo a conversa entre os membros da família, no interior da propriedade. “Eu tenho esse celular e ele também. Qualquer coisa a gente fala um com o outro. É isso aqui ou vem pra cá pra me ajudar. Se uma vaca me escapa eu chamo ele e ele vem me ajudar ou eu vou ajudar ele” (ENTREVISTADO F3AH). Além disso, a obtenção de um automóvel próprio para família também é citado como elemento de qualidade de vida.

Em suma se percebeu uma satisfação dos agricultores familiares com relação a sua situação de vida. Há um contentamento com a renda, independentemente se este é capitalizado, em transição ou descapitalizado. A maior queixa observada é relacionada a falta de mão de obra que acaba, por força do cotidiano das atividades na propriedade, exigindo empenho extra por parte da família, pois todas as ações acontecem ao mesmo tempo e em locais diferentes, concentrando certas atividades nas mãos do homem como a lida no aviário, pocilga e trabalho com máquinas, cabendo a mulher e filhos menores a ordenha e limpeza da sala de ordenha e dos galpões das aves e suínos.

Quando questionados, falta alguma coisa para alcançar? A resposta é que “sempre falta alguma coisa”. Porém, os sonhos são realizáveis, seja manter os filhos na propriedade (F7AH), viajar (F2AH), dar educação superior aos filhos (F4AH) ou mesmo cuidar da propriedade para que seja modelo de sustentabilidade (F1AH). Todos os entrevistados relacionaram qualidade de vida ao Pronaf, justamente por possibilitar aquisições ou melhoria na renda da família, sob a forma de gerar fluxo de caixa para depois usufruir.

Com base nas entrevistas percebeu-se que o Mais Alimentos pode promover a qualidade de vida quando produzir maior rentabilidade e diminuir o esforço físico do agricultor familiar, aliando maior tempo para outras atividades não relacionadas ao

cotidiano da propriedade. Por outro lado, pela escassez de mão de obra, o aumento da tecnologia, através dos investimentos, também se faz necessário, como forma de compensar o esforço adicional da família agricultora, dado o contexto empresarial a qual está inserida.

De forma resumida pode-se analisar que o Mais Alimentos, ao mesmo tempo que provoca num primeiro momento o aumento da renda e redução do esforço braçal, também integra cada vez mais o agricultor familiar à rede agroindustrial, na qual a noção empresarial da agricultura se faz cada vez mais presente. Esse processo de mercantilização pode ocasionar consequências negativas, pois para honrar compromissos assumidos com os agentes financeiros e com as próprias agroindústrias, muitas vezes, faz-se necessário ganhos crescentes em escala de produção. O aumento de produção implica aumento das horas trabalhadas e maior predisposição de tempo para as atividades, bem como foco na redução de custos, seja de mão de obra – maior uso do trabalho da família - ou de insumos utilizados no processo, melhorando a conversão alimentar dos animais, pressionado principalmente pelo ator agroindústria que busca a diluição de custo ao longo da cadeia produtiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde sua criação, o Mais Alimentos obteve crescentes ganhos em termos de recursos para empréstimo aos agricultores familiares. Como atrativos e política de desenvolvimento – partindo da lógica econômica – ofereceu como diferenciais: 1) a possibilidade de financiar um montante financeiro maior quando comparado às linhas anteriores; 2) juros subsidiados de até 2% ano, acrescido da possibilidade de três anos de carência para início do pagamento. Na microrregião de Pinhalzinho, a política pública foi bem difundida, fato claramente demonstrado pelo número de contratos assinados (5.232) e volume de recursos liberados, R\$ 156.397.288,90, através dos agentes financeiros, Sicoob-Creditaipu, Sicredi Alto-Uruguaí, Cressol-Pinhalzinho e Banco do Brasil.

A evolução do acesso e do montante de financiamentos foi constante ao longo dos cinco anos do programa na microrregião de Pinhalzinho. A tal ponto que entre 2008 e 2013 o número de contratos passou de 429 para 900, enquanto os valores liberados passaram de R\$ 10.731.143,06 para R\$ 25.795.332,73. No somatório do período

considerado o volume de recursos liberados alcançou R\$ 156.397.288,90 para os municípios de Pinhalzinho, Saudades, Modelo, Serra Alta, Sul Brasil, Bom Jesus do Oeste e Saltinho.

Ao se analisar a participação dos agentes financeiros, o destaque está no ator Sicoob-Creditaipu que foi responsável pela liberação de 3.103 contratos e um montante de R\$ 87.910.593,39. Depois da cooperativa de crédito, o Banco do Brasil foi responsável por financiar 1.536 empreendimentos rurais, com montante total de R\$ 58.669.373,00. No período 2008-2013 a Cooperativa de Crédito com Interação Solidária (Cresol) liberou o volume de R\$ 7.614.028,51, em 515 contratos. Por último, talvez por ter atuação mais recente na microrregião, e área de abrangência restrita aos municípios de Pinhalzinho e Saudades, encontra-se o Sicredi Alto-Uruguai que liberou o montante de R\$ 1.809.015,00 em 78 contratos. Um dos fatores de influência para o maior número de acesso ao Sicoob-Creditaipu está no fato desta cooperativa estar mais relacionada à rede da cooperativa de produção Regional Itaipu, a qual foi a responsável por implantar o cooperativismo de crédito no território.

Neste cenário, a implementação do Mais Alimentos, fortaleceu os atores que se vinculam ao mercado, principalmente os produtores de tecnologia e agroindústrias que agregam valor ao produto da agricultura familiar, resultando em lucros. Portanto, com base nesta hipótese, a política pública pode ser considerada uma ferramenta anti-crise dado o contexto em que foi criada: no auge da crise econômica de 2008. Ressalta-se que o mesmo dinheiro que beneficiou ao agricultor familiar com financiamento, também trouxe aumento de demanda às empresas nacionais e internacionais de máquinas, equipamentos, implementos e insumos. Assim, a intervenção governamental é sustentada pelas duas redes (nacional e internacional), produzindo transformações nas relações econômicas e sociais, através da injeção de crédito.

Como política pública baseada na expansão da demanda, através da maior oferta de crédito, o Mais Alimentos poderia provocar o endividamento dos agricultores familiares e reduzir sua qualidade de vida. Porém, os dados coletados no campo, pelas nove entrevistas dos agricultores familiares, e na análise documental dos agentes de crédito, se verificou índices de inadimplência muito próximos à zero (pelo menos por enquanto). Pela análise qualitativa, através das respostas das famílias entrevistadas, tem

papel importante para fomentar a adimplência o plano de pagamento semestral, os juros baixos e o investimento em atividades produtivas que geram lucros.

A partir do acesso ao Mais Alimentos, principalmente ao optar por investimentos nas áreas da avicultura, suinocultura e leite, o agricultor familiar da microrregião de Pinhalzinho fortalece suas relações com os atores com maior poder de agência sobre o mercado, os quais irão interferir na gestão e nos modos de produção da propriedade. Nesse contexto, uma lógica empresarial é implantada e/ou fortalecida na agricultura familiar, com a necessidade da administração de custos e aumento da produtividade em escala, com vistas a obter mais lucro por acréscimos marginais, indo ao encontro do conceito de mercantilização de Ploeg (2010).

Em termos de qualidade de vida, pelas entrevistas realizadas, o Mais Alimentos foi relacionado à sua promoção, assim como ao desenvolvimento rural. O principal objetivo para as famílias entrevistadas foi diminuir o esforço braçal ou aumento da produtividade, fatos evidenciados pelos tipos de investimento realizados. No geral, estão satisfeitos com a vida que levam, dado a realidade da agricultura familiar ao longo da história, vista por eles como um empreendimento que requer muito esforço físico.

Conclui-se, portanto, que a política pública de crédito se faz importante para o atendimento às demandas da categoria de agricultores familiares, muitas vezes provocadas pelos agentes com maior interferência no mercado e com impacto nas suas propriedades. Outros aspectos poderiam ser mais bem explorados - que ficam como sugestões para próximos estudos - como: a) uma análise mais aprofundada das raízes históricas deste modelo de produção; b) alterações no cotidiano da propriedade a partir do acesso à política de crédito; c) inclusão de novos atores e intersectorialidade produzida pela política pública; d) análise mais aprofundada dos efeitos do programa no endividamento das propriedades rurais e sua capacidade concreta de pagamento no decorrer dos anos; e) aprofundamento da análise relacionada aos efeitos do processo de mercantilização.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Jackeline Amantino (2006). Redes de atores: uma nova forma de gestão das políticas públicas no Brasil. *Gestão & Regionalidade*, vol. 22, n. 64, mai./ago. , p. 52-66.

BRASIL. Manual de Crédito Rural. 2012. Disponível: <<http://www4.bcb.gov.br/NXT/gateway.dll?f=templates&fn=default.htm&vid=nmsGeropMCR:idvGeropMCR>>. Acesso em: 10.dez.2012.>

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Safra da Agricultura Familiar 2012/2013**.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Cartilha Plano Safra 2011/2012**. Brasília, 2011.

_____. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. **Plano Agrícola e Pecuário 2011/2012**. Brasília, 2011.

_____. Lei 11.326. Lei da Agricultura Familiar. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm Acesso em: fev. 2013.

CONTI, Bruno Martello de. ROITMAN, Fábio Brener. **Pronaf: uma análise da evolução das fontes de recursos utilizadas no programa**. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev3504.pdf. Acesso em: 10.mar.2012.

FAO; INCRA. **O Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**.

Projeto de cooperação técnica. Brasília (DF), 2000. Disponível em: <https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/novoretratoID-3iTs4E7R59.pdf> Acesso em fev. 2014.

EPAGRI. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2009/2010**. Florianópolis, 2011.

_____. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2011/2012**. Florianópolis, 2013.

_____. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2013/2014**. Florianópolis, 2014.

ELLIS, Frank. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University, 2000.

HERCULANO, Selene. **A Qualidade de Vida e seus Indicadores**. Revista Ambiente e Sociedade, Campinas, UNICAMP/NEPAM, Ano I, nº 2, 1º semestre de 1998, pp 77 – 99

INCRA; FAO. **O Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**.

Projeto de cooperação técnica. Brasília (DF), 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/familia_censoagro2006.pdf> Acesso em: 06 nov. 2011.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de Antropologia simétrica. (Trad. Carlos Irineu da Costa). Rio de Janeiro: Ed.34. 1994.

_____. **A esperança de Pandora**. Bauru: EDUSC, LATOUR, 2001.

_____. **Changer de société. Refaire de la sociologie**. Paris: La Découverte, 2006.

PLOEG, Jan Duwe Van Der. Entre a dependência e a autonomia: o papel do financiamento para agricultura familiar. In: **Agriculturas**, v.7, n°2, julho, 2010.

SEN, Amartya. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Capacidad y Bienestar**. In: NUSSBAUM, Martha; SEN, Amartya. **La Calidad de Vida**. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

SCHNEIDER, Sergio.; CONTERATO, Marcelo Antonio; KOPPE, Leonardo Renner; SILVA, Carolina. A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul. In: SCHNEIDER, Sergio. (org.). **A Diversidade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

SCHNEIDER, Sergio; FREITAS, Tanise. Qualidade de vida, diversificação, desenvolvimento: referências práticas para análise do bem-estar no meio rural. **Olhares Sociais**. Bahia: v. 2, n°1, maio de 2013, p. 121-142.

SCHNEIDER, Sergio. Agricultura familiar e emprego no meio rural brasileiro: análise comparativa das regiões Sul e Nordeste. In: **La pluriactividad en el campo latinoamericano**. 1ª ed. Quito/Equador: Ed. Flacso – Serie FORO, 2009, v. 1, p. 132-161.

VICECONTI, Paulo; NEVES, Silverio das. **Introdução à Economia**. São Paulo: Saraiva, 2011.

YIN, Robert. **Estudo de Caso: planejamento e método**. Porto Alegre: Bookman, 2005

Recebido em 29/12/2014. Aceito para publicação em 19/10/2015.
--